

Ministro reclama de dívida social

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Celso de Mello, disse que o Brasil está em débito com a sociedade por ainda não respeitar os 30 artigos que compõem a Declaração Universal dos Direitos da Pessoa Humana — que ontem completou 49 anos de existência.

“O Brasil está em débito com o seu povo. A exclusão social, as gravíssimas restrições que impedem a democratização do acesso à Justiça, à educação, à saúde, à habitação e a um regime previdenciário digno, os abusos cometidos pelo sistema de repressão policial, a prática da tortura como método criminoso de investigação penal são realidades no país”, disse o presidente do STF.

No Congresso, o presidente da Comissão dos Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, Pedro Wil-

son (PT-GO), disse que aprova todas as declarações do presidente do STF e afirmou que juízes de todo o país devem deixar de lado a omissão e cumprir a lei, colocando na prisão os responsáveis pelos crimes hediondos.

A Comissão recebeu de janeiro a novembro desse ano um total de 361 denúncias de massacres, chacinas, prisões ilegais e outros tipos de crimes no país.

ÍNDIO

O mesmo relatório, porém, aponta avanços na postura da sociedade diante desses crimes, com destaque para a morte do índio Galdino Jesus dos Santos (queimado vivo por cinco jovens da classe média de Brasília) e as agressões praticadas por militares contra civis em Diadema (SP), cujas imagens foram mostradas pela televisão. Os dois crimes causaram indignação da sociedade e resultaram na

prisão dos responsáveis.

Celso de Mello criticou o que considera serem os principais problemas brasileiros. Reclamou da penúria em que vivem as comunidades indígenas, da impunidade “que revolta o cidadão honesto e estimula a criminalidade dos delinquentes financeiros”, assim como da tentativa de redução ou supressão de “conquistas sociais e jurídicas decorrentes de um longo e organizado processo reivindicatório

da sociedade civil”.

Também chamou a atenção para a discriminação de grupos minoritários e para a necessidade de “incorporar os direitos reivindicados pelo movimento de mulheres”. Para o ministro, tudo isso representa um “gravíssimo desafio que se oferece à sociedade civil e a todas as instâncias de poder no âmbito do aparelho de estado brasileiro”.

“O BRASIL ESTÁ EM DÉBITO COM O SEU POVO”

Celso de Mello,
presidente do STF